



MARINHA DO BRASIL
CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este documento foi elaborado conforme a Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP – para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital, bem como contempla a Instrução Normativa nº 65, de 08 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Destaca-se a Capitania dos Portos de São Paulo é enquadrada com entidade não-SISG, não sendo obrigatória a utilização do ETP digital. Outrossim, por força do Dec. 11.137, de 18 de julho de 2022, que altera o Dec. 10.947, de 25 de janeiro de 2022, esta Organização Militar está dispensada da elaboração do Plano de Contratações Anual, sem prejuízo da observância do princípio do planejamento de que trata o art. 5º da nova Lei de Licitações.

Processo nº 63054.001684/2026-07

Pregão Eletrônico SRP 90004/2026 da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP)

Objeto: Aquisição de materiais periféricos de informática para a Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP).

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. Visa manter uma infraestrutura tecnológica atualizada e funcional, capaz de suportar as operações da Organização Militar de forma eficiente e segura, garantindo a continuidade operacional e o atendimento das demandas dos usuários da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP).

2. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

2.1. O objeto em questão encontra respaldo institucional conforme previsto no planejamento anual de contratações, atendendo a legislação vigente e o melhor interesse da administração, evidenciando inúmeros benefícios para a OM como um todo.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

3.1.1. O(s) fornecedores deverão apresentar atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificado, compatíveis em características com o objeto da presente aquisição.

3.1.2. Os equipamentos deverão ser novos e acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos equipamentos descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante. Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes.

3.1.3. Deverá ser exigida garantia de, no mínimo 1 (um) ano, sendo os primeiros 90 (noventa) dias de garantia legal na forma que os fabricantes disponibilizarem para todo o mercado (Art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor- CDC, Lei nº 8.078, de 1990) e os demais, caso o fabricante não forneça, pela CONTRATADA. Será obrigatória a entrega do termo de garantia do fabricante com cada item fornecido; e a eventual contratada se responsabilizará pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do CDC.

3.1.4. Não há vedação a uma marca/produto específico, nos termos do Art. 41, inciso III, da Lei 14.133/2021.

3.2. Duração do contrato:

3.2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3. Sistema de Registro de Preço:

3.3.1. Conforme o art. 3º do Decreto 11.462, de 31/03/2023, que regulamenta o art. 82 e art. 86 da Lei 14.133/2021, o Sistema de Registro de Preço deve ser utilizado em determinadas hipóteses.

Cita-se: Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

“I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e

serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado”.

4. DEFINIÇÕES E ESTIMATIVAS

4.1. Com base no Mapa Comparativo de Preços, anexo aos autos deste instrumento, o valor estimado da referida contratação é de R\$ 71.456,13 (setenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e treze centavos).

4.2. As estimativas de preços, com fulcro no art. 5º, inciso I, da IN nº 65/2021, foram subsidiadas pelo site “Pesquisa de preços” e verificadas em diversos sites oficiais de modo a ratificar que os preços colhidos no referido sistema encontrava-se dentro dos padrões de mercado.

5. LEVANTAMENTO DO MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO

5.1. A solução escolhida da modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), prende-se inicialmente ao fato de se tratar de aquisição de bens comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei 14.133/2021, tornando obrigatória para a Administração Federal, a utilização da modalidade, na forma eletrônica. Além de técnica, economicamente viável e mais apropriada para contratação em lide, também é considerada, sobre o aspecto logístico, adequada para eventuais reposições dos materiais.

5.2. Por fim, ratifica-se que a presente contratação enquadra-se como aquisição de bens comuns, vez que suas especificações no mercado são usuais, ou seja, habitualmente utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores ou prestadores de serviços estão acostumados a tratar, não sendo, portanto algo incomum, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei 14.133/2021 e do Decretos nº 11.462/2023.

6. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO, EXECUÇÃO E PAGAMENTO

6.1. As condições para a aquisição e pagamento, bem como, a execução e pagamento das garantias exigidas e das condições de recebimento, encontram-se pormenorizados no Termo de Referência.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução encaminhada é o registro de preços para eventual aquisição, sob demanda, de materiais periféricos de informática para a Capitania dos Portos de São Paulo.

7.2. Assim, considerando a aquisição dos itens e a observância do quanto disposto na Lei 14.133/2021, Art 40, inciso II, seu processamento se mostra pertinente por meio de sistema de registro de preços. De igual modo, nos termos do Art. 3º do Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023, observa-se que a demanda:

7.3. Pela natureza do objeto não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, cuja demanda depende da necessidade de cada setor, previsão que não é possível ser feita com muita antecedência .

7.4. A contratada deverá atentar-se para a descrição do objeto, provendo o material com qualidade igual ou superior ao especificado no Termo de Referência.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO

8.1. O parcelamento da solução, em vias gerias, é a regra devendo o processo de contratação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, uma vez que fracionamento não acarretaria um aumento de custos do objeto e, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de potenciais fornecedores.

8.2. A divisibilidade é pressuposto técnico do parcelamento, sendo o aspecto econômico representado pelas vantagens obtidas com a divisão do objeto em itens, cuja economicidade é proporcionada pela redução de custos e despesas para a Administração contratante. Há risco de desinteresse por eventuais licitantes em fornecer os itens de menor valor, ocorrência comum em licitações anteriores cujos objetos eram para aquisições similares.

8.3. A divisão do objeto por itens, com a possível ampliação da quantidade de contratos, revela-se administrativa e economicamente interessante, vez que propicia a ampliação da concorrência entre os fornecedores, contribuindo para preços mais vantajosos para a Administração.

8.4. Desta maneira, o objeto será parcelado, sem perder da sua viabilidade técnica e econômica, uma vez que cada item cumpre sua função separadamente, de modo a atender a demanda desta Capitania..

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Manter uma infraestrutura tecnológica atualizada e funcional, capaz de suportar as operações da OM de forma eficiente e segura, garantindo assim a continuidade operacional e o atendimento das demandas internas e externas.

10. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

10.1. Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o objeto.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE

11.1. Não foi evidenciada necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

12.1. Os estudos preliminares evidenciam que a aquisição dos materiais é tecnicamente viável e fundamentadamente necessária para garantir a eficiência administrativa e operacional da CPSP. A compra desses itens são essencial para manutenção eficiente do ambiente de trabalho, de modo que os usuários desempenhem suas funções de maneira eficiente e segura, sem interrupções causadas por eventuais falhas técnicas.

12.2. Diante de toda a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de fornecimento do objeto, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

13. IDENTIFICAÇÃO DOS MILITARES/SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, OS QUAIS PODERÃO SER CONVIDADOS A PARTICIPAR DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO.

STÉFANIE FRANCISQUINI CARDOSO PINTO STEFANI Primeiro-Tenente(T) Oficial de Segurança das Informações e Comunicações	LEONARDO FERREIRA DE SOUZA CB-RM2 (PD) Administrador da Rede Local	TAYANE DA LUZ ALVES PINHEIRO Segundo-Sargento (AD) Auxiliar da Seção de Licitação e Contratos
---	--	--

14. DOCUMENTAÇÃO BÁSICA DE REFERÊNCIA

- a) Lei nº 14.133/2021(nova Lei Geral de Licitações);
- b) Lei nº 9.784/1999 (Lei do Processo Administrativo);
- c) Dec. nº 10.024/2019 (Regulamento do Pregão Eletrônico);
- d) Dec. nº 11.462/2023 (Regulamento do Sistema de Registro de Preço);
- e) Instrução Normativa nº 65/2021 do SEGES/ME (Instrui a Pesquisa de Preço);
- f) Manual de Fiscalização de Contratos, AGU, 2018;
- g) Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, AGU, 2023;
- h) SGM-102 – Normas sobre Licitações, Acordos e Atos Administrativos (NOLAM) – (5ª Revisão);
- e
- i) SGM-105 – Normas sobre Documentação Administrativa e Arquivamento Na Marinha – NODAM (5ª Revisão).

Santos, SP, na data da assinatura.

Em acordo com o art.14, Inciso II, do Decreto nº 10.024/2019 **RATIFICO** o Estudo Técnico Preliminar.

LEANDRO GOMES MENDES
Capitão de Mar e Guerra
Ordenador de Despesas